A CRISE POLÍTICA NA AUSÊNCIA DE POLÍTICA

Helcimara de Souza Telles
Universidade Federal de Minas Gerais
✉ mara-telles@uol.com.br

Resumo: *O artigo, proveniente de uma exposição durante o colóquio "Qual a saída para a crise política?", ocorrido na UFMG no dia 30 de setembro de 2015, aponta alguns fatores geradores da crise político-institucional brasileira, bem como suas consequências. Um dos principais apontamentos é de que a profunda crise de legitimidade que ocorre principalmente na arena da representatividade pode acarretar a emergência de atores outsiders no cenário eleitoral. Assim, a crise política brasileira seria, na verdade, uma crise decorrente da ausência de política pelo presidencialismo de coalização e por um modelo de gestão de insulamento burocrático, com impactos negativos sobre a democracia brasileira.*
Palavras-chave: *Crise Política; Democracia; Presidencialismo de Coalizão; Insulamento Burocrático.*

Abstract: *The article, from an exhibition during the conference "What is the solution to the political crisis?", held at UFMG on September 30, 2015, points out some factors causing the Brazilian political-institutional crisis and its consequences. One of the main notes is that the deep crisis of legitimacy which mainly occurs in the arena of representation may lead to the emergence of outsiders actors in the electoral scenario. Thus, the Brazilian political crisis would, in fact, a crisis due to the absence of policy by the coalition presidentialism and a bureaucratic insulation management model, with negative impacts on Brazilian democracy.*
Keywords: *Political Crisis; Democracy; Coalition Presidentialism; Bureaucratic Insulation.*

Fala proferida no Colóquio "Qual a saída para a crise política?", realizada em 30 de setembro de 2015, na Universidade Federal de Minas Gerais.

Falar sobre crise política é uma coisa muito complexa porque existem várias hipóteses que circulam. E, existe, ainda, um outro diferencial: quando você fala para o mundo acadêmico, você não tem que se responsabilizar pelas suas palavras. Quando você pretende analisar uma crise política na gravidade de um momento como este, deve-se ter sempre muito cuidado com o que se vai dizer, em função das repercussões que qualquer análise pode ter durante a crise.

Mas, eu começo a minha fala questionando: nós temos uma crise política ou nós temos a ausência de política? Eu acho que são duas coisas completamente diferentes. Nós passamos por uma crise política. Ela é visível nos meios de comunicação, é visível pela confusão em que se meteu o Governo Federal. Mas, o meu ponto de vista aqui – porque eu não vou apontar saídas, eu não tenho essa capacidade de apontar saídas -, é a de que *a* crise política no Brasil foi produzida pela ausência de política*,* tanto por parte dos partidos, quanto por parte dos executivos. A crise política existe porque a política se encontra ausente.

E alguns rumos que podem explicar um pouco esta é pensar a questão da corrupção. A corrupção, apesar de ela ser uma variável recorrente há muitos anos no Brasil, em diversas campanhas e em diversos discursos, ela somente recentemente passou a ser algo importante para organizar as ruas, para pautar os eleitores e para ter impacto efetivo sobre a popularidade da presidente. Por que só agora um tema que é tão antigo na política brasileira foi capaz de afetar, desde janeiro de 2015, de modo muito forte, a popularidade da presidente?

Eu quero começar pela questão da "ausência da política", para explicar o impacto e as razões pelas quais a corrupção se tornou um eixo organizativo da crise política, ainda que a corrupção seja apenas a ponta de um iceberg muito maior. As relações que eu pretendo estabelecer são aquelas existentes entre a corrupção e os protestos antigoverno. Nós sabemos que estes protestos têm sido constantes. Eles ocorreram não apenas nas ruas, mas no espaço virtual, nos quais existe uma polarização. Além disso, quero refletir sobre em que medida os partidos políticos - centrais numa democracia -, as instituições e os programas que são adotados pelo atual governo afetam a adesão dos grupos de manifestantes antigoverno e de outros grupos da sociedade, à própria democracia. E, se nós podemos hoje pensar na expansão de um pensamento conservador como produtor também desta crise.

O fato de haver um pensamento conservador não é gerador de crise. Contudo, é importante refletir sobre alguns fatores que antecederam a crise e outros fatores que são efeitos da crise política, entre os quais se destacam a emergência de uma Nova Direita, o papel das campanhas personalistas que foram sendo levadas a cabo no Brasil, baseadas mais em valências e menos em ideologia; o papel da piora dos indicadores econômicos, a reduzida institucionalização do sistema partidário, o crescimento do antipetismo, além da influência da mídia. Como estes fatores se organizam num mosaico bastante complexo para produzir a ausência de política e, portanto, a crise política.

Existem evidências nas diversas pesquisas que o Grupo Opinião Pública têm feito ao longo desse ano e ao longo de 2011, através de surveys e de pesquisas qualitativas, de que existe o crescimento de uma Nova Direita no país. O crescimento da Direita mais radical não é exclusivo do Brasil, também na Europa o eixo de expansão dos grupos mais conservadores e à direita tem sido constante, fenômeno que se repete também nos Estados Unidos, com os "Teas Parties".

Mas, no Brasil, nós podemos encontrar nas pesquisas, evidências de um pensamento de direita e, sobretudo, uma questão que preocupa mais do que um pensamento conservador: evidências de um antipartidarismo reativo, que foi presente também nas décadas de 80 e 90 na Espanha, na Itália, na Grécia. Este antipartidarismo se expandiu nestes países em função do aumento da percepção da corrupção. De acordo com vários estudos de Gunther, de Montero, de Torcal, o antipartidarismo reativo é um problema para a democracia e a nossa hipótese é a de que existe um antipartidarismo reativo crescente no Brasil junto com a expansão desta Nova Direita.

Além disso, uma outra hipótese que nós estamos apenas constatando, através das inúmeras pesquisas, são indícios de crescimento também de indivíduos de perfil democratas do tipo "ambivalente", já encontrados na

América Latina. Estes são indivíduos que apoiam a democracia, desde que haja desenvolvimento econômico. Então, inicialmente acredito que todos esses temas – antipartidarismo e democratas ambivalentes -, estão presentes hoje no Brasil. E um crescimento de uma Nova Direita no Brasil, que se coloca entre os manifestantes antigoverno, que se expressa na em uma forte resistência a qualquer política ou a algumas políticas de bem-estar que foram produzidas ao longo de vários governos anteriores.

Através de surveys realizados pelo Grupo Opinião Pública, pode ser observado que, dentre os manifestantes que foram às ruas protestar contra o governo, esta resistência às políticas e aos programas de inclusão social podem ser demonstrado em inúmeros pontos característicos desta Nova Direita: o desacordo em relação aos programas de inclusão por cotas, quanto em relação ao enorme apoio neste grupo da redução da maioridade penal, quanto ao fato de haver um pensamento bastante hierarquizado no sentido do anti-igualitarismo, quanto uma hierarquia territorial, na medida em que parte significativa deles considera que os pobres não têm consciência política para votar e que os nordestinos também teriam menos capacidade cognitiva.

Completando esse quadro, a maior parte destes manifestantes são contrários a vindas de indivíduos originários de Cuba para trabalhar no Sistema Único de Saúde (SUS) e consideram que programas de inclusão e de combate à pobreza, como por exemplo a Bolsa Família, são programas que tornam as pessoas mais preguiçosas. Estes são alguns indicadores, entre os inúmeros que nós estamos construindo, que não são indicadores de ideologias feitos apenas numa escala linear de 0 a 10, mas são medidas consistentes, realizadas através de baterias de perguntas.

Pode-se observar, ainda, que existe entre estes manifestantes, uma profunda indignação pela corrupção, uma profunda indignação e insatisfação com a política. Mas, eles foram às ruas também para pedir o afastamento da presidente Dilma e pedir a saída do PT. Contudo, mais do que a corrupção, ao

construir esses índices para avaliar esse grupo, o que se observa é que o que conecta esse público em suas diversas dimensões é um forte antipetismo. E quando perguntados, para esse público - mais escolarizado, formado mais por pessoas brancas e 57% com nível superior, etc. - qual é o seu posicionamento ideológico, eles respondem espontaneamente que são de centro-direita.

Alguns outros indicadores podem demonstrar a ideologia de direita, presente entre estes manifestantes: primeiro, eles prezam a liberdade individual e a econômica, eles avaliam que os impostos atuais são muito altos e estão de acordo que o direito de propriedade é fundamental. Além disso, rechaçam as políticas, inclusive de redistribuição fundiária. Consideram, ainda, que o principal problema do Brasil hoje, para além das questões econômicas – a crise econômica é uma preocupação minoritária a ponto de apenas 3,7% -, é o fato da corrupção estar assolando o país. Além disso, apoiam as políticas punitivistas, ou seja, o direito à portar armas, a redução da maioridade, a defesa da pena de morte.

Feitos esses indicadores, nós também verificamos a dimensão da democracia nesses protestos, tendo em vista que estes indivíduos apoiam o direito às manifestações públicas. Uma dimensão importante da democracia é a questão de seu procedimento. E, se sabe que o maior nível de satisfação com o desempenho do governo vai aumentar a crença de que os partidos representam os eleitores. Nesse grupo de manifestantes, a insatisfação com o governo é muito grande.

Por outro lado, observa-se teoricamente que a percepção mais positiva sobre a eficácia do governo também poderia aumentar o partidarismo. Alguns estudos realizados pelo PNUD – Programa Nacional das Nações Unidas, em 2004 -, em 18 países da América Latina - Cone Sul, Mercosul, países andinos, etc –, revelou que grande parte dos latino-americanos prefere o desenvolvimento à democracia, e retiraria seu apoio a um governo democrático se ele fosse incapaz de resolver os seus problemas econômicos.

Uma questão muito antiga na Ciência Política, mas que vem crescendo na América Latina é o perfil de um "Democrata Ambivalente", além do conhecido perfil de indivíduos autoritários que consideram que atingir o desenvolvimento é mais importante do que preservar a democracia, que acham que a democracia não é algo indispensável e que preferem a substituição de qualquer tipo de democracia por outro sistema de governo.

Os "ambivalentes" encontrados na América Latina, em geral, têm conceitos mais delegatórios de democracia, concordam com a democracia, desde que a situação não seja de desordem. O último Latinobarômetro já demonstra que hoje, o Brasil só perde para o México no quesito "satisfação com o funcionamento da democracia". Os dados da pesquisa do Latinobarômetro já advertem sobre o extremo desgosto dos brasileiros, que ocupam a penúltima posição com a variável "satisfação do funcionamento da democracia". O Latinobarômetro apresentava, ainda, duas questões muito importantes para pensar não só os manifestantes antigoverno, mas o pensamento médio da sociedade brasileira: o desejo de um "Líder", algo evocado pelos eleitores e, ao mesmo tempo, um alto grau de acordo que a frase "As Forças Armadas deveriam governar", afirmativa que foi provada por quase 30% dos brasileiros. Entre os manifestantes antigoverno, também se observa que 50%, aferidos em abril e quase 50% aferidos em agosto, concordam que, em situação de muita desordem, os militares poderiam ser chamados a tomar o poder. A média entre os manifestantes, portanto, de apoio ambivalente à democracia é algo muito importante.

Agora, o que é que a corrupção tem a ver com isso? A percepção da corrupção tem aumentado neste período de ajuste fiscal e de crise econômica. A popularidade da mandatária Dilma Rousseff foi acompanhada de uma expectativa bastante negativa em relação aos indicadores econômicos do país. E esta retração econômica tende a dilatar a insatisfação popular e, portanto, gerar intolerância à corrupção, pois os cidadãos associam a falta de

investimentos do Estado em serviços públicos - que é onde incialmente se cortam os gastos -, à recorrência da corrupção por parte dos funcionários públicos e dos políticos. E, a piora dos indicadores econômicos amplia a percepção da corrupção. Portanto, se aumenta a desconfiança dos cidadãos com o governo e os políticos.

E, há outro tema que desgasta muito a popularidade da Presidente: o ajuste fiscal. Em situações de crise, ajustes fiscais tendem a ser duramente criticados. E quais as razões para os eleitores do presidente cooperarem num período de crise, se outras políticas alternativas e bens simbólicos não são ofertados aos próprios eleitores, no momento em que existe uma profunda descrença com o governo, produzida pela visibilidade em que a corrupção é tratada na mídia, fazendo com que entre os manifestantes, por exemplo, as Forças Armadas sejam a instituição na qual eles mais creem?

Então nós temos, eventualmente, que pensar se esta insatisfação pode gerar um questionamento na própria legitimidade das instituições, a partir das opiniões públicas, e pensar neste antipartidarismo não apenas entre os manifestantes antigoverno, mas no Brasil. Os índices de preferência partidária estão a níveis sofríveis hoje no Brasil. E este antipartidarismo reativo pode ser também não apenas fruto da corrupção, mas do *gap* entre as inconsistências das promessas dos partidos e a alta expectativa que os eleitores tinham em relação à eficácia das instituições, das elites políticas e dos programas declarados pela presidente, que não foram cumpridos nesse ano. Para concluir todos esses conjuntos, nós podemos pensar que existe uma Nova Direita no Brasil, organizada por *outsiders* dentro das redes sociais, tema que eu acho que deveria merecer um tratamento científico mais sistematizado. Estas manifestações antigoverno foram chamadas por estes *outsiders* nas redes sociais. Podemos perguntar se existe um momento de "desafeto" com a própria democracia no Brasil.

E, podemos pensar a partir deste conjunto de questões em duas crises, ambas produzidas pela ausência da política. Primeiro, uma crise de governabilidade que se expressa no Congresso e no Executivo. No Congresso, nós temos a crise do modelo do Presidencialismo de Coalizão, que significava a distribuição de prebendas aos partidos da base aliada. Com a redução dos recursos econômicos, produzidos pela crise econômica, as margens de troca são reduzidas e tem-se um aumento da deserção da base de apoio ao presidente. Ainda no Congresso, se observa que esta crise foi intensificada pela maior dispersão das legendas nos Congressos, pela maior intensidade das preferências dos quadros que foram eleitos, ou seja, dos parlamentares – um problema num sistema muito mais polarizado –, e por uma legislatura que foi eleita com parlamentares muito mais distantes das preferências políticas declaradas pelo chefe do Executivo. Do ponto de vista da oposição, desde a derrota eleitoral, os principais líderes articulam a retirada da presidente. Tendo em vista que existe uma parte dos líderes políticos portadores de um perfil de "Democratas ambíguos", eles aceitam a democracia, mas questionam ao mesmo tempo, desde o ano passado, o próprio processo eleitoral, as urnas, etc.

No Executivo, nós também temos caracterizado uma crise, com a instauração, desde o primeiro mandato da presidente Dilma, de um modelo de gestão baseado no insulamento burocrático do Executivo. E este insulamento burocrático tem sido a principal forma de intermediação com a sociedade. Ele é uma gramática de intermediação com a sociedade muito menos democrática, posto que muito mais técnica, mais distante da sociedade, pois o modelo insulado instalado - que convive com outras práticas - supõe o afastamento da política, uma vez que o próprio Executivo passa a ter uma percepção negativa da política.

A própria crise do presidencialismo de coalizão também revela a crise da política, tendo em vista que é um modelo de uma gramática clientelista na

relação do executivo com o legislativo. Ao mesmo tempo em que o Executivo se insula. Então, nós temos uma crise do modelo do presidencialismo de coalizão e uma crise de gestão, que se baseou no modelo do insulamento burocrático.

Do ponto de vista da cidadania, ou seja, da representatividade dos partidos, também existe uma crise: o fracasso dos partidos na função de representação e a aproximação de vários partidos - inclusive do PT, do PMDB - a um modelo cada vez mais dependente dos recursos governamentais para sobreviverem; cada vez mais dependentes dos recursos governamentais para atraírem eleitores e fazer política. Exemplo disso, dessa cartelização dos partidos, é que a preferência pelo PMDB se reduz gradualmente: ele tem 4% hoje de preferência, mas ele consegue ser uma máquina eleitoral, porque ele consegue cartelizar, se apropriar da comunicação do governo, ter recursos para fazer política. Ou seja, os partidos para terem êxito descartaram seus vínculos psicológicos com seus cidadãos, basta que eles ocupem postos governamentais.

Os partidos estão no Brasil, ao longo dos últimos anos, cumprindo mais a função de governar do que de representar os interesses dos grupos políticos da sociedade, e muito mais representando os grupos políticos dentro do governo, representando os interesses da burocracia estatal, mais do que representando a cidadania. E existe ainda um congelamento dos partidos políticos, que não conseguem se renovar e recrutar novas lideranças, chegando ao ponto que hoje existe uma única liderança no país, com todos os problemas, que é o Lula. O próprio lulismo foi um dos responsáveis por produzir o congelamento das lideranças e a dificuldade de renovação de quadros, pois ele acabou por ocupar o espaço reservado aos partidos.

Qual que seria a saída da crise? Eu sou muito pessimista, para finalizar, poderia passar a tarde discutindo aqui os inúmeros casos nos quais, na América Latina, sempre que existem crises econômicas, elas se associam a

crises políticas, mas no momento, com poucas lideranças, com um sistema congelado, sem articulação democrática - que foi produzida pelo partidos com a introdução do PT, que está em falência, ainda que possa vir a se renovar - , não estaríamos longe da presença de outsiders populistas civis na presidência do país ou mesmo nas próximas eleições para as prefeituras.